ÍNDICE

4.3 - Meio Socioeconômico (Item 4.3_256 a 354 do TR) 1/10

4.3.1 - Apresentação 1/10

4.3 - MEIO SOCIOECONÔMICO (ITEM 4.3_256 A 354 DO TR)

4.3.1 - Apresentação

Em termos gerais pode-se dizer que o objetivo do diagnóstico socioeconômico corresponde a uma série lógica de etapas que consistem em identificar os aspectos sociais, políticos, históricos, econômicos e culturais da área (incluindo AAR, AII, AID e ADA) onde se pretende inserir o empreendimento, de forma a subsidiar a avaliação dos impactos sobre estes aspectos e propor medidas para reduzir ou eliminar os impactos negativos e potencializar os positivos. No entanto, apesar da assertiva estar correta, é preciso aprofundar um pouco mais esta questão e observar as premissas e princípios que orientam a elaboração deste documento. Geralmente, este tipo de aprofundamento não é realizado em estudos de impacto ambiental, mas dada a complexidade e as controvérsias que pairam em torno deste empreendimento em especial, é necessário dar um detalhamento maior aos seus objetivos, de modo a se perceber como este documento se insere no processo de licenciamento e qual o seu papel.

A proposição de realizar grandes empreendimentos de infra-estrutura carrega em si uma contradição fundamental. Se por um lado traz benefícios para o público usuário deste empreendimento (no caso, consumidores de energia), por outro gera impactos sobre o meio ambiente, podendo resultar em interferências negativas sobre o público que habita o ecossistema impactado, que em muitos casos não é usuário deste empreendimento. Como afirma Little (2001:116):

> *"Uma grande hidrelétrica compõe parte da forma industrial de geração de energia elétrica que, por sua vez, é elemento essencial para as grandes indústrias e para o funcionamento das grandes metrópoles. Mais, ainda, a energia gerada pela hidrelétrica é transportada para longe do ecossistema onde é gerada para servir a necessidade dos povos da biosfera[1]. Todavia, como uma hidrelétrica é necessariamente localizada numa bacia hidrográfica específica, com seu respectivo ecossistema, os impactos ambientais gerados pelo empreendimento acontecem naquele local e afetam de forma negativa todos os povos de ecossistema que moram na região, sejam eles camponeses, povos indígenas, pescadores ou outro grupo tradicional".*

[1] O autor considera como povos da biosfera aqueles que exploram toda a biosfera através de alta tecnologia, Por oposição os povos de ecossistema que exploram o ecossistema onde vivem.

Apesar dos habitantes da AID e ADA serem, em sua maioria, usuários de energia elétrica e a energia gerada pela UHE Itaocara (uma vez realizada sua implantação) aumentar a oferta de energia no país (o que aumenta a disponibilidade para todos os usuários, inclusive os habitantes), o objetivo do empreendimento não é fornecer energia especificamente para estas populações.

Posta esta contradição, pode-se afirmar que a partir dela já há uma tendência ao conflito entre os proponentes do empreendimento e os habitantes do local onde está prevista a sua instalação. Como aponta Frota (2001:152), "*Se por um lado existe impacto local, por outro existe uma demanda pelo serviço de energia elétrica, e neste ponto reside o primeiro grande conflito*".

É justamente neste ponto de conflito que se enquadra o estudo de impacto ambiental e seu respectivo diagnóstico socioeconômico. Retornando à assertiva inicial, o diagnóstico visa conhecer as condições locais de forma subsidiar a atuação sobre o "impacto local" buscando compatibilizar a "demanda pelo serviço de energia elétrica" e as interferências sobre a população local, ou em termo mais preciso, buscando a sustentabilidade do empreendimento.

No entanto, a assertiva ainda é limitada para apresentar a dinâmica desta atuação. Para o estudo de impacto ambiental cumprir a meta indicada deve-se partir da premissa que há a necessidade de adequar o projeto do empreendimento e sua implantação às características socioambientais locais. Quando se parte do contrário, ou seja, buscar formas de adequar os aspectos socioambientais locais a existência do empreendimento, não raro os resultados não são positivos.

Segundo Klink (2001:77) a idéia de sustentabilidade "*Geralmente, denota o desejo de compatibilizar os benefícios dos bens e serviços, providos pelo crescimento econômico, com os benefícios alcançados com o uso dos recursos naturais e do ecossistema*". A busca desta sustentabilidade, no campo de atuação das medidas para reduzir ou eliminar os impactos decorrentes de empreendimentos, não se limita à projeção dos impactos a partir do projeto de engenharia. Ela inclui a interação entre os técnicos da engenharia e os técnicos do meio ambiente, de modo a buscar adequar o projeto às condições socioambientais, ou seja, *otimizar* o projeto sob a perspectiva de sua inserção no meio ambiente.

No caso da UHE Itaocara especificamente, houve, logo de início, uma adequação neste sentido. O projeto anterior previa um reservatório de 76,57 km², dos quais 12,1 km² correspondiam ao próprio rio. Com a proposta de construção de duas barragens ao invés de uma, a área total do reservatório caiu para 49,39 km², sendo que 11 km² correspondem ao rio.

Assim, tendo em vista os impactos sobre a população e os conflitos resultantes disto (que serão apontados no histórico do empreendimento), houve uma reformulação do projeto original de modo a reduzir a área inundada de 64,47 para 38,39 km² (uma redução de 59%). Deve-se destacar que duas localidades: Formiga (Estrela Dalva-MG) e São Sebastião do Paraíba (Cantagalo-RJ), que eram completamente inundadas nos projetos anteriores deixaram de ser afetadas (esta última correspondia uma área urbana, sendo o local de maior concentração de população que seria atingido pelo empreendimento).

Além disso, observou-se que desde as etapas iniciais do trabalho ocorreram interações entre os técnicos do meio ambiente e os técnicos da engenharia (PCE engenharia). Para que tal interação fosse possível, o trabalho da empresa consultora de meio ambiente (Ecology Brasil) teve início antes mesmo da conclusão do projeto básico de engenharia[2]. Assim, a partir das informações iniciais dos levantamentos realizados foi possível buscar tais interações.

As interações mostraram-se ainda mais importantes quando, no decorrer do desenvolvimento dos estudos, surgiu uma nova alteração a partir dos resultados dos estudos de remanso. A conclusão dos estudos mostrou que apesar da divisão do barramento, o acúmulo de sedimentos no fim do reservatório iria intensificar a recorrência de cheias e em 10 anos as mudanças seriam sensíveis em São Sebastião do Paraíba. Deve-se destacar que a sede da localidade está situada na planície de inundação do rio Paraíba do Sul e apresenta um relevo pouco acentuado, de forma que em um período de 30 anos as cheias com recorrência de 02 anos iriam atingir a maior parte da área urbana.

A par deste problema os técnicos da empresa consultora de meio ambiente, da consultora de engenharia e o empreendedor buscaram soluções para coibir este efeito, como também os reflexos no lençol freático. Todas as ações propostas inicialmente exigiriam algum tipo de intervenção, em obras na localidade e em constante manutenção, o que poderia representar transtorno e insegurança para a população enquanto o empreendimento estivesse em operação. Em vista disto foi proposta, pelo próprio empreendedor, a realização de estudos com um nível de água (N.A.) mais baixo que não oferecesse risco a população da localidade. No entanto esta redução poderia colocar em risco a viabilidade energética do projeto[3].

[2] Em função disto, em reuniões realizadas com a população e autoridades locais, para a divulgação da retomada do projeto (e seu novo arranjo) e para apresentação do andamento do processo e das ações a serem realizadas para o estudo de impacto ambiental, não se tinham informações consolidadas de detalhes do projeto.

[3] O aproveitamento foi inventariado com a potência de 195 MW/h, de forma que as regras de concessão não permitem a instalação de empreendimento com capacidade inferior.

Apesar disto, os estudos mostraram que a redução da cota do reservatório para o N.A. 89,6 seria o suficiente para evitar que os efeitos de remanso e alterações no lençol freático atingissem a localidade. Por outro lado também não ocorreriam efeitos de remanso no canal de fuga da barragem de montante (Itaocara II) o que iria propiciar a compensação pelas perdas de geração na barragem de jusante (Itaocara I), mantendo a viabilidade enérgica do empreendimento. Com essa modificação a área do reservatório de jusante apresentou nova redução e ficou em 41,49 km², sendo 6,92 km² coincidente com o próprio rio e 34,57 km² de área inundada.

Vale a pena lembrar que as interações entre estas áreas buscam a sustentabilidade do projeto, o que implica na consideração de outras variáveis além dos impactos. Como aponta Frota (2001:150) "*Viabilizar um empreendimento qualquer significa torná-lo exeqüível sob todos os pontos de vista: técnico, econômico, financeiro, mas, sobretudo, sob a ótica dos impactos ambientais e conflitos decorrentes*". Neste sentido, as adequações de projeto às condições locais têm um alcance limitado pela viabilidade econômica e energética. Portanto, apesar da redução considerável de impactos ocorrida, nem todos os impactos são eliminados a partir desta ação.

Com o esgotamento das ações relacionadas com a compatibilização do projeto o estudo de impacto ambiental passa a atuar em outra esfera, que é a tomada de decisão. Como já apontado, grandes projetos de infra-estrutura também envolvem consideráveis impactos ambientais. Neste sentido, o estudo se enquadra como um documento cujo fim é apresentar os impactos decorrentes do empreendimento de forma a subsidiar a decisão ou não pela sua implantação. Conforme cresce a demanda por energia, cresce também a importância do papel desempenhado pelo estudo.

Para que exerça, de fato, este papel, o estudo deve ser capaz de apresentar todos os impactos relacionados com o empreendimento e as medidas para coibir a ocorrência dos impactos negativos, de forma que sejam notórios para os órgãos licenciadores e para a sociedade todos os custos ambientais envolvidos na realização do empreendimento. Além disso, o estudo deve apresentar projeções da possibilidade de não realização do empreendimento.

Em relação ao diagnóstico socioeconômico existem algumas especificidades, pois, além de identificar aspectos sociais e econômicos, ele deve ser capaz de apreender percepções, por mais que sejam heterogêneas, da população atingida em relação ao meio ambiente onde vivem e, principalmente, em relação ao empreendimento. Seguindo esta linha o diagnóstico deve ser capaz de indicar impactos, ações e programas específicos, pautados pelas percepções e características da população, bem como pela viabilidade técnica, econômica e legal do empreendimento.

Contudo, grande parte dos impactos sociais guarda peculiaridades que tornam mais complexa a identificação das medidas corretas para sua redução. Como aponta Frota (2001:150):

> *"Por estarem revestidas de alto grau de subjetividade, as questões relativas aos processos sociais requerem soluções não-lineares, não-únicas, onde a variável da subjetividade, da incerteza e da não-solução única deve estar no cerne de todas as discussões".*

Além de contar com um diagnóstico que identifique corretamente os aspectos socioeconômicos e tenha alcançado êxito ao apreender as percepções dos atingidos e sua heterogeneidade, a proposição de soluções eficazes exige a participação dos atingidos na sua formulação. Deve-se salientar que a participação da população não deve ser restrita à inclusão das percepções no diagnóstico e nem às consultas sobre as medidas propostas no estudo. Ela também deverá estar presente no detalhamento dos programas ambientais e, mais importante, no acompanhamento da realização destes programas, que devem desde sua proposição preliminar, no estudo, prever mecanismos de participação.

Apesar das iniciativas de participação da população atingida terem se tornado mais comuns nos últimos anos, em função da percepção de sua importância pelo setor elétrico ou das exigências de autoridades públicas (incluindo órgãos licenciadores) ou por pressão das populações atingidas, dos movimentos sociais e sociedade organizada, observa-se que em vários casos a participação da população é insuficiente, como também a consideração de suas percepções para proposição e realização dos programas.

A diversa literatura disponível que aborda a relação entre população atingida e empreendimentos hidrelétricos está cheia de exemplos de como processos construídos sem a participação das comunidades afetadas têm provocado danosos impactos nesses grupos. Observa-se que nestes casos as medidas e ações propostas para a mitigação de impactos são inadequadas ou ineficazes para cumprir suas metas. Dentre as principais questões referentes à construção de hidrelétricas junto às comunidades afetadas cabe destacar:

- imprecisões nos estudos de impacto ambiental e no número de famílias atingidas;
- perda do território e da memória sobre o mesmo com a formação do reservatório;
- desconsideração da importância econômica e social das principais atividades praticadas pelos atingidos;

- construção de reassentamentos involuntários em áreas muito pequenas para a reprodução do grupo, ou seja, terra insuficiente para a sobrevivência da família;
- indenização com valores abaixo do mercado local de terras, sem a interferência da notícia de construção de uma "barragem" no local;
- aumento da especulação imobiliária, com viés de baixa de preços, na região de inserção do empreendimento (esse é um impacto sentido mesmo antes de se obter a licença);
- comportamento truculento dos funcionários ligados ao empreendimento;
- desestruturação social de comunidades atingidas e perda das suas condições de produção e reprodução social;
- desestruturação das atividades econômicas das populações atingidas;
- alagamento de várzeas provocando o deslocamento de muitas famílias;
- término dos programas ambientais com o fim das obras;
- falhas na execução dos programas ambientais.

Ainda sobre esses impactos sociais provocados pelas "barragens" autores como Rothman (2005) e Santos (2002), entre outros, trazem à luz do debate contribuições que demonstram a forma bastante equivocada que as populações atingidas são tratadas. Na maioria dos casos a implantação de uma "barragem" é pouco democrática e sem o envolvimento das populações afetadas. Os autores ainda apontam que, em muitos casos, estudos de impacto ambiental são elaborados desconsiderando os impactos sobre os valores simbólicos, culturais e econômicos que têm as comunidades afetadas.

Como exemplo os autores citam casos de agricultores tratados em relatórios como "atrasados", produzindo basicamente para subsistência. Essa postura preconceituosa é palco de revolta e de descrença por parte das comunidades atingidas em relação ao empreendimento.

No caso do aproveitamento hidrelétrico de Itaocara essa questão foi apresentada no diagnóstico realizado no passado que caracterizou a área como improdutiva e degradada, sem considerar as classificações locais do que seria produtivo. Essa colocação, segundo produtores rurais entrevistados em 2009, foi tida como desrespeitosa e casou muita revolta nos moradores na época, conforme pode ser observada na fala transcrita a seguir:

> *"Rapaz, eles colocaram no relatório que aqui a região não produzia nada. Isso foi uma falta de respeito da Light. Você olha só aqui nessa linha de Porto Marinho, a gente tira por dia mais de 6.000 litros de leite que são entregues na cooperativa de Itaocara, fora o que fica para o consumo da família. Aqui tem gente com um pedacinho de terra e tira o sustento da família com quiabo e verduras e eles tiveram coragem de dizer que aqui é improdutivo! Isso foi uma vergonha, doeu muito na gente." (Produtor de Porto dos Santos, 2009).*

A agricultura de base familiar, que naquela região é bem caracterizada, permite consolidar práticas sustentáveis de produção agrícola. Os agricultores familiares reconhecem as dificuldades e potencialidades ambientais da região e a partir disso tomam as decisões acerca do quê e como plantar. Tendo em vista as dificuldades financeiras da maior parte das famílias, o aporte tecnológico com máquinas, equipamentos e fertilizantes químicos não encontram eco. Assim, os agricultores diversificam seus plantios, esperam pela acumulação da matéria orgânica com a vazante do rio e evitam gastar mais com adubação química, utilizando a força da fertilidade natural dos solos. Essa forma de manejo permite manter a fertilidade natural para os cultivos da agricultura familiar.

Nesse sentido, as contribuições de Santos (2002) ajudam a entender que em muitos casos os estudos minimizam e desconsideram a importância de grupos como mulheres e jovens para a reprodução da agricultura familiar das regiões atingidas.

Assim, esses estudos desconsiderariam uma série de elementos existentes nessas comunidades como: cultura, apropriação do território, uso tradicional dos recursos naturais e relação com espaço de trabalho.

A consideração destes elementos leva a interpretação do espaço rural como espaço marcado por elementos subjetivos, por classificações as mais variadas como povoados, comunidades, vilas e sítios, cujas definições podem se dar pelo nome de uma família, pela fragmentação de uma fazenda ou por algum acontecimento. Os grupos sociais que vivem nestas áreas privilegiam uma infinidade de elementos, tais como: utilização da mão-de-obra familiar na produção, relação histórica e social com seu território e a memória coletiva cujos conhecimentos e saberes são criados e recriados ao longo do tempo, além de possuírem uma rica diversidade em seus modos de vida constituindo-os em importantes identidades socioculturais.

No caso dos reassentamentos, a experiência dos estudos sobre o tema tem apontado que as mudanças causadas às populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos normalmente têm trazido perdas importantes, principalmente no que diz respeito às relações sociais, à organização do espaço e às disposições dos diferentes domínios por parte dessa população. Isso porque o abandono forçado dos locais de moradia, trabalho e as perdas de referências, dentre outros, representam fato irreversível para estas populações, que na maioria dos casos acabam não sendo contabilizado no processo de implantação do empreendimento.

Isso ocorre, geralmente, por um descompasso entre planejadores e atingidos, principalmente quando os técnicos têm como referência elementos tipicamente urbanos, desconsiderando elementos culturais e simbólicos dos grupos atingidos. Assim, acreditam que a mudança das atitudes tradicionais é uma conjectura para a realização e o sucesso dos projetos. Contudo, no caso de Itaocara, muitos moradores que poderão ser atingidos temem ser reassentados em áreas urbanas.

Esses planejadores acabam por considerar como elementos compensatórios a oferta de um novo território dotado de moradia, energia elétrica, água encanada, saneamento básico, escolas, posto de saúde e igrejas. Cabe a lembrança que muitos desses serviços constituem direitos básicos de cidadania e essa visão dos planejadores, cuja falta de conhecimentos acerca da cultura das populações rurais, negligencia em muitas situações as referências de condição de vida para os reassentados.

Portanto, é fundamental considerar a participação dos atingidos na realização dos projetos de reassentamentos, contribuindo para minimizar o impacto do deslocamento sobre as comunidades atingidas.

Neste sentido, o esforço que se segue é a elaboração de um diagnóstico socioeconômico que conjugue as informações provenientes de dados secundários, os levantamentos realizados em campo e as percepções das populações que vivem na área potencialmente atingida pelo empreendimento ou nas suas imediações, incluindo seus aspectos simbólicos e culturais. Desta forma se pretende atingir duas metas, apresentar ao órgão ambiental e à sociedade, de modo geral, os reflexos sociais da implantação do empreendimento e, em segundo lugar, fornecer subsídios para medidas que contemplem a subjetividade e complexidade desta população, sem tais metas não há sustentabilidade ou viabilidade socioambiental para este, ou para qualquer outro empreendimento.

Uma vez apresentados os objetivos e princípios que guiam este diagnóstico, convém destacar a forma em que ele está organizado. De um modo geral a disposição das informações busca seguir a ordem de temas presentes no Termo de Referência, realizando reordenamentos pontuais, de forma a facilitar a leitura ou para apresentar com maior clareza relações entre determinados itens.

Entende-se que a própria narrativa do diagnóstico traz informações sobre a área pesquisada. Neste sentido o rearranjo de alguns subitens e a inclusão de outros facilita a percepção da relação entre determinados aspectos socioeconômicos que apesar de estarem divididos para fins de análise atuam de modo integrado na realidade objetiva.

Observa-se que em relação a determinadas práticas ou relações sociais a separação de determinados elementos pode descontextualizá-las, comprometendo o entendimento ou induzindo a uma compreensão parcial. Em função disso, em alguns trechos mostrou-se necessário repetir ou reforçar informações já apresentadas.

Assim, os temas deste diagnóstico foram apresentados na seguinte ordem:

- **Aspectos Metodológicos** – onde são apresentados os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa e as opções metodológicas que condicionaram a escolha destes instrumentos.
- **Aspectos Geopolíticos** - onde foram reunidos os dados relativos ao histórico de ocupação e os aspectos demográficos, bem como a projeção da interferência do empreendimento sobre estes aspectos.
- **Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Serviços Públicos** – neste item estão presentes as informações sobre infraestrutura local e o acesso da população a serviços públicos.
- **Aspectos Específicos de Saúde Pública** – tendo em vista a importância do tema e a preocupação de impactos sobre a saúde local, ele foi separado em um item específico, como também aparece no Termo de Referência.
- **Arranjos Institucionais** – neste item observam-se as organizações locais.
- **Uso e Ocupação do Solo** – onde são apresentadas as formas de ocupação presentes nos municípios e o modo como estão ordenadas.

- **Caracterização Socioeconômica** - neste item são descritas as formas sociais de apropriação do espaço na AID e ADA, bem como os aspectos econômicos.

- **Planos e Programas** – onde estão relacionados programas governamentais atuantes na AII.

- **Populações Indígenas** – apesar de o tema estar presente, não há registro deste tipo de ocupação.

- **População Tradicional** – este tópico está dividido em Comunidades Rurais e Remanescentes de Quilombo, apesar da segunda não ter sido encontrada na região ela foi mantida neste tópico para se apresentar as ações realizadas.

- **Caracterização Econômica** – neste item são apresentados aspectos econômicos da AII, AID e ADA.

- **Estudo Sobre Recursos Pesqueiros** – dada a importância da pesca e a probabilidade de impactos sobre a atividade, este item foi colocado em um tópico específico.

- **Lazer Turismo e Cultura** – além das atividades de lazer e sua importância na vida social local são apresentados aspectos simbólicos que caracterizam a população local.

- **Patrimônio** – neste item são apontados os patrimônios (material e imaterial) existentes.